

REVISTA

03

JAN-MAR 2025

PODEMOS CONTRA A

Violência Política



observatório **podemos**
contra a violência política



Esta Revista faz parte da edição do Observatório Podemos contra a Violência Política e tem por objetivo estimular o debate em termos de educação e doutrinação política, assim como oferecer dados de pesquisa sobre temas correlacionados.

Dentro de um ambiente democrático de consolidação de direitos e posições, os temas tratados nesta Revista são apresentados sem viés ideológico e, por isso, não refletem posição institucional, político-partidária e nem individual de dirigentes ou filiados.

O objetivo desta publicação é contribuir com a formação da consciência cidadã da sociedade em geral, promovendo o debate de ideias que permitam o aprimoramento da democracia.

Este material é protegido pelo direito da propriedade intelectual. A reprodução parcial ou total deste material é permitida, desde que citada a fonte.

A Fundação Juntos Podemos mantém um espaço democrático para ideias e aprimoramento de suas atividades. Se você quer participar das nossas iniciativas, possui dúvidas ou sugestões, entre em contato por meio dos nossos canais de atendimento.

Acesse o nosso site pelo QRCode e comunique-se conosco:



www.fundacaopodemos.org.br



SUMÁRIO

PÁGINA 1

**A PARTICIPAÇÃO DA PESSOA
IDOSA NA VIDA CIVIL**

PÁGINA 3

**REPRESENTAÇÃO DA
PESSOA IDOSA E POLÍTICAS
PÚBLICAS ADEQUADAS**



PÁGINA 5

**DENÚNCIA DE ETARISMO E
VIOLÊNCIA POLÍTICA: O
DESAFIO DA INCLUSÃO E DO
RESPEITO NA DEMOCRACIA**



SUMÁRIO

CONTINUAÇÃO...

PÁGINA 6

**INDÍGENAS NA POLÍTICA: AVANÇOS E
DESAFIOS PARA MAIOR
REPRESENTAÇÃO**

PÁGINA 10

**ASSÉDIO POLÍTICO CONTRA
MULHERES: UMA PRÁTICA QUE
TEM QUE ACABAR**

PÁGINA 12

**JUVENTUDE E POLÍTICA: O
MOMENTO DE TRANSFORMAR
O FUTURO É AGORA**

PÁGINA 14

**A LUTA DAS MULHERES
NEGRAS POR ESPAÇO NA
POLÍTICA**



PÁGINA 15

**O PAPEL DAS COMUNIDADES
TRADICIONAIS NA POLÍTICA
BRASILEIRA**

**Uma das coisas importantes da não
violência é que não busca destruir a
pessoa, mas transformá-la.**

- Martin Luther King

A PARTICIPAÇÃO DA PESSOA IDOSA NA VIDA CIVIL

O envelhecimento da população é uma realidade global, trazendo desafios e oportunidades para a sociedade.

Com o aumento da expectativa de vida e a melhoria das condições de saúde, as pessoas idosas têm desempenhado um papel cada vez mais ativo na vida civil, seja no mercado de trabalho, no voluntariado, em organizações comunitárias ou na política.

Longe de serem apenas beneficiárias de políticas públicas, as pessoas idosas, hoje, são agentes ativos na construção de soluções para questões sociais, econômicas e políticas. No entanto, para que essa participação seja plena e eficaz, é essencial que o Estado e a sociedade promovam políticas inclusivas que valorizem a experiência e os direitos dessa população.

A participação da pessoa idosa na vida civil ocorre de diversas formas. Muitos continuam trabalhando após a aposentadoria, seja por necessidade econômica ou pelo desejo de permanecer ativos e produtivos. Outros dedicam seu tempo a ações voluntárias, contribuindo para a educação, cultura, meio ambiente e assistência social. Além disso, as pessoas idosas exercem um papel fundamental na transmissão de conhecimento e valores para as novas gerações, fortalecendo laços comunitários e familiares. Essa atuação demonstra que a terceira idade não é um período de inatividade, mas sim uma fase em que a experiência pode ser utilizada para transformar a sociedade.

No campo político, a participação da população idosa tem um impacto significativo. Os idosos representam uma parcela expressiva do eleitorado e, muitas vezes, são os mais engajados no processo democrático, comparecendo às urnas e

acompanhando de perto as decisões governamentais. Seu voto tem o poder de influenciar eleições e definir os rumos das políticas públicas voltadas para saúde, previdência, acessibilidade, qualidade de vida e outros temas que lhes são afetos. Apesar disso, a representação de pessoas idosas nos espaços políticos ainda é limitada, sendo necessário um esforço maior para garantir que suas vozes sejam ouvidas e que suas demandas sejam efetivamente contempladas.

A atuação dos idosos na política não se restringe ao voto. Muitos têm se engajado em conselhos municipais, associações de bairro, movimentos sociais e organizações que defendem os direitos da pessoa idosa. Esses espaços permitem que a experiência e o conhecimento acumulados ao longo da vida sejam utilizados para contribuir na formulação de políticas públicas mais justas e eficientes. Além disso, lideranças idosas têm conquistado espaço em cargos eletivos, trazendo para o debate público questões fundamentais para essa parcela da população.



A PARTICIPAÇÃO DA PESSOA IDOSA NA VIDA CIVIL

CONTINUAÇÃO...

O fortalecimento das políticas públicas para a pessoa idosa é um passo essencial para garantir uma sociedade mais inclusiva e respeitosa com o envelhecimento. A implementação de programas voltados para a acessibilidade, saúde preventiva, inclusão digital, lazer e segurança são fundamentais para promover o bem-estar dessa população.

Além disso, é necessário aprimorar o sistema previdenciário e garantir a valorização do trabalho das pessoas idosas, permitindo que aqueles que desejam continuar ativos no mercado tenham condições dignas para isso.

Outra questão crucial é o combate ao preconceito etário, que ainda persiste em diversos setores da sociedade. A desvalorização do conhecimento e da experiência dos idosos limita suas oportunidades de participação e reforça estereótipos que associam o envelhecimento à fragilidade e à incapacidade.

Promover campanhas de conscientização e incluir a temática do envelhecimento nas discussões políticas e educacionais são medidas fundamentais para mudar essa percepção e construir uma sociedade que valorize todas as faixas etárias.



O futuro da participação dos idosos na vida civil e na política depende do reconhecimento de sua importância e do fortalecimento de políticas que garantam seu protagonismo. A experiência acumulada ao longo da vida é um recurso valioso para a sociedade e ignorá-la significa desperdiçar conhecimento e potencial transformador. Cabe ao Estado, às instituições e à sociedade como um todo criar mecanismos para ampliar a inclusão das pessoas idosas na vida pública, garantindo que sua voz seja ouvida e que seus direitos sejam respeitados.

Ao reconhecer o papel da pessoa idosa como agente ativo na vida civil e na política, avançamos para uma sociedade mais democrática, equilibrada e preparada para lidar com o envelhecimento populacional de forma positiva. Garantir que os idosos tenham espaço para participar, contribuir e decidir é um compromisso essencial para fortalecer a cidadania e construir um futuro mais justo para todas as gerações.



“ Saber envelhecer é a grande sabedoria da vida.”

- Henri Amiel

REPRESENTAÇÃO DA PESSOA IDOSA E POLÍTICAS PÚBLICAS ADEQUADAS

A presença de idosos na política tem se tornado um fator essencial para fortalecer a democracia e garantir que as necessidades dessa parcela da população sejam atendidas de maneira eficaz. Apesar dos desafios enfrentados, como o preconceito etário, a exclusão de debates e a falta de incentivo à sua participação ativa, muitos idosos têm superado barreiras e assumido papéis de destaque na vida pública. Sua experiência, visão estratégica e compromisso com o bem comum tornam-se grandes aliados na construção de políticas públicas mais equilibradas, justas e voltadas para a inclusão social.

A superação dos idosos na política passa pela quebra de estereótipos que os associam à inatividade ou à falta de capacidade para lidar com os desafios contemporâneos da gestão pública. Na realidade, a maturidade traz consigo um conhecimento profundo sobre a sociedade, uma ampla rede de contatos e a habilidade de lidar com crises e negociações de maneira equilibrada. Muitos líderes políticos históricos continuaram a atuar na vida pública por décadas, demonstrando que a idade não é um impedimento, mas sim uma vantagem quando se trata de tomada de decisão responsável e fundamentada.

O fortalecimento da representatividade dos idosos nos espaços políticos também tem um impacto direto na formulação de políticas públicas específicas para essa parcela da população. A presença de representantes que vivenciam a realidade do envelhecimento permite que as pautas voltadas para essa população ganhem

prioridade nas discussões governamentais. Isso se reflete na criação e no aprimoramento de programas voltados para a saúde do idoso, acessibilidade urbana, aposentadoria digna, combate ao preconceito etário e estímulo à participação ativa na sociedade.

Na área da saúde, por exemplo, políticas públicas voltadas para a ampliação do atendimento geriátrico no Sistema Único de Saúde, o fortalecimento de programas de prevenção de doenças e a inclusão de terapias integrativas e atividades físicas específicas para as pessoas idosas são avanços fundamentais que podem ser impulsionados por parlamentares e gestores públicos. A experiência pessoal da pessoa idosa com os desafios da saúde na velhice permite que esses líderes proponham medidas mais eficazes e adaptadas às necessidades reais da população idosa.

Outro impacto positivo da participação dos idosos na política está no desenvolvimento de políticas voltadas para o envelhecimento ativo. Isso inclui a criação de programas de incentivo ao trabalho para idosos que ainda desejam permanecer no mercado, ações voltadas para a inclusão digital, abordagem sobre investimentos em espaços de lazer e convivência que promovam a socialização e o bem-estar populacional.

Além disso, a atuação de líderes idosos pode contribuir para a formulação de políticas de educação continuada, garantindo que a população mais velha tenha acesso a oportunidades de aprendizado e atualização

REPRESENTAÇÃO DA PESSOA IDOSA E POLÍTICAS PÚBLICAS ADEQUADAS

CONTINUAÇÃO...

profissional. O combate à violência contra os idosos também se fortalece quando há representantes dessa faixa etária nos espaços de poder.

Políticas que visam coibir abusos financeiros, negligência familiar e violência física e psicológica contra idosos podem ganhar mais atenção quando são defendidas por aqueles que compreendem profundamente a realidade enfrentada pela população idosa. Programas de assistência jurídica, fortalecimento das delegacias do idoso e campanhas de conscientização sobre direitos são algumas das medidas que podem ser impulsionadas por essa representatividade.

Além disso, a inclusão dos idosos na política favorece um debate mais intergeracional e equilibrado dentro das instâncias governamentais. O diálogo entre diferentes gerações na formulação de políticas públicas permite que soluções inovadoras sejam desenvolvidas com base na experiência e na visão de futuro.

A troca de conhecimentos entre políticos jovens e idosos cria um ambiente político mais diverso e democrático, onde as decisões são tomadas considerando múltiplas perspectivas.

A superação das pessoas idosas na política é, portanto, um símbolo de resistência e de valorização da experiência na construção de um futuro mais justo. Quanto mais representantes da terceira idade ocuparem espaços de decisão, maior será a garantia de que políticas públicas voltadas para o envelhecimento serão implementadas com qualidade e sensibilidade. Incentivar a participação política dos idosos, garantir acesso a oportunidades e combater o preconceito etário são passos fundamentais para construir uma sociedade onde todas as idades sejam valorizadas e tenham voz ativa na construção do bem comum.

A política precisa ser um reflexo da sociedade em sua totalidade e isso inclui reconhecer que a experiência da velhice é um patrimônio valioso para a democracia. Garantir que as pessoas idosas tenham seu espaço na política não é apenas uma questão unicamente de representatividade, mas também uma estratégia essencial para fortalecer a governança, aprimorar a formulação de políticas públicas e garantir um envelhecimento digno para toda a população.

Com mais idosos envolvidos nas decisões políticas, temas como mobilidade urbana acessível, incentivo à participação cultural e esportiva, combate ao isolamento social e proteção contra a discriminação etária passam a ganhar mais espaço nos debates legislativos. Dessa forma, a política deixa de ser apenas um reflexo das demandas de grupos economicamente mais ativos e passa a considerar o conjunto da sociedade em sua diversidade e complexidade.

A valorização da experiência dos idosos como agentes políticos é, portanto, um caminho essencial para a construção de um mundo mais equilibrado, onde todas as pessoas, independentemente da idade, possam exercer plenamente sua cidadania.

FIQUE POR DENTRO!

De acordo com os dados do Censo do IBGE (2022), o número de pessoas com 60 anos ou mais atingiu 32.113.490, representando 15,6% da população total.

A população com 65 anos ou mais chegou a 22.169.101 pessoas.

Este grupo etário teve um crescimento de 57,4% em comparação a 2010, quando somava 14.081.477 pessoas, ou 7,4% da população.

DENÚNCIA DE ETARISMO E VIOLÊNCIA POLÍTICA: O DESAFIO DA INCLUSÃO E DO RESPEITO NA DEMOCRACIA

O etarismo, ou discriminação por idade, é uma forma de preconceito muitas vezes naturalizada na sociedade e que afeta especialmente pessoas idosas, limitando sua participação em diversos espaços, incluindo a política. Quando essa discriminação se manifesta no ambiente político, associada a ataques, assédio e deslegitimação da atuação de líderes mais velhos, caracteriza-se como violência política contra idosos. Esse fenômeno compromete a democracia, restringe o direito à participação política plena e desvaloriza a experiência e o conhecimento que essas pessoas podem oferecer à sociedade.

A violência política contra idosos pode assumir diversas formas. Muitas vezes, ela se manifesta em discursos que desqualificam a capacidade dos mais velhos de tomar decisões, alegando que sua idade os torna ultrapassados ou incapazes de compreender as demandas da sociedade contemporânea. Essa desvalorização é percebida muitas vezes até involuntariamente, mas com reflexos nocivos à representação social.

É necessário, portanto, criar meios para superar as barreiras estruturais, garantindo cada vez mais a ampliação do apoio partidário e visibilidade de pessoas idosas em debates eleitorais, para assim afastar o ciclo de exclusão e sub-representação política.

Além da discriminação institucional, o etarismo na política também se manifesta por meio da

violência simbólica e do assédio. Comentários depreciativos sobre a idade, insinuações de incapacidade cognitiva e a disseminação de estereótipos que associam o envelhecimento à fragilidade são formas de minar a credibilidade e a influência de políticos idosos. Nas redes sociais, ataques a figuras públicas mais velhas são comuns, muitas vezes em tom pejorativo, deslegitimando suas propostas e sua capacidade de governar. Essas práticas não apenas afetam a dignidade individual, mas também afastam outros idosos da vida política, desencorajando sua participação ativa no processo democrático.

A denúncia do etarismo e da violência política contra idosos é fundamental para garantir uma democracia mais inclusiva. Assim como outros grupos sociais têm lutado contra a discriminação e a violência política – como mulheres, negros e LGBTQIA+ –, é necessário que a sociedade reconheça e combata a exclusão dos idosos dos espaços de decisão. Políticas afirmativas para incentivar a participação da população idosa na política, como cotas partidárias, financiamento de campanhas para candidatos idosos e mecanismos de proteção contra violência política, são medidas que podem ajudar a reduzir essa desigualdade.

Além disso, a conscientização sobre o etarismo deve ser promovida em diversas esferas, incluindo o ambiente partidário, os meios de comunicação e as instituições educacionais.

INDÍGENAS NA POLÍTICA: AVANÇOS E DESAFIOS PARA MAIOR REPRESENTAÇÃO

A participação dos povos indígenas na política tem se fortalecido nas últimas décadas, tornando-se um dos principais instrumentos para a defesa de seus direitos e territórios.

Historicamente marginalizados das decisões políticas, os indígenas têm conquistado cada vez mais espaço nas instâncias de poder, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e que suas pautas sejam incorporadas às políticas públicas. No entanto, essa trajetória ainda é marcada por desafios, incluindo a discriminação, a violência política e a necessidade de maior apoio institucional para ampliar sua representatividade.

A exclusão dos indígenas da política institucional é um reflexo do histórico de colonização e exploração, que durante séculos desconsiderou suas culturas, tradições e formas de organização social. Durante a maior parte da história do Brasil e de outros países latino-americanos, os povos indígenas foram vistos como obstáculos ao progresso e foram vítimas de políticas de assimilação forçada, remoção de suas terras e marginalização econômica e social.

Mesmo após a Constituição de 1988, que reconheceu oficialmente os direitos dos povos indígenas no Brasil, sua participação política ainda enfrenta barreiras estruturais. Durante muito tempo, a ausência de representantes indígenas no legislativo e no executivo dificultou a formulação de políticas públicas que atendessem suas necessidades específicas, como a demarcação de terras, a preservação ambiental e o respeito às suas culturas e modos de vida.



Nos últimos anos, porém, o cenário tem começado a mudar. Com o fortalecimento do movimento indígena e a ampliação do debate sobre os direitos dos povos originários, um

INDÍGENAS NA POLÍTICA: AVANÇOS E DESAFIOS PARA MAIOR REPRESENTAÇÃO

CONTINUAÇÃO...

número crescente de lideranças indígenas tem se candidatado e conquistado mandatos em câmaras municipais, assembleias legislativas e no Congresso Nacional. Essas lideranças atuam na defesa da demarcação de terras indígenas, no combate ao desmatamento ilegal e na luta contra a violência e o racismo que historicamente afetam suas comunidades.

Além disso, a presença de representantes indígenas no Parlamento tem contribuído para impedir retrocessos legislativos, como tentativas de flexibilização das leis ambientais e redução da proteção a terras indígenas.

A participação política dos indígenas não se restringe ao âmbito eleitoral. Muitos lideram organizações e movimentos sociais em defesa de políticas públicas mais justas e inclusivas.



A presença indígena na política também tem sido fundamental para garantir que seus direitos sejam respeitados em tratados internacionais, conferências ambientais e fóruns globais de direitos humanos.

Sua atuação nessas instâncias tem sido essencial para reforçar a importância da preservação dos territórios indígenas e do conhecimento tradicional como ferramentas para o combate às mudanças climáticas e a promoção da sustentabilidade.

A participação indígena na política é a defesa da educação diferenciada. Muitos líderes indígenas têm lutado para garantir que suas comunidades tenham acesso a um ensino que respeite sua cultura, seus idiomas e suas formas tradicionais de aprendizado. A criação de escolas indígenas, a formação de professores indígenas e o reconhecimento da importância dos saberes tradicionais são passos fundamentais para garantir a autonomia e o fortalecimento dessas comunidades. Ainda, a ampliação do acesso dos indígenas ao ensino superior tem permitido que novas lideranças se formem, garantindo uma participação política cada vez mais qualificada.

Apesar dos avanços, os desafios ainda são significativos. O racismo estrutural, a violência política e as tentativas de enfraquecer a legislação que protege os povos indígenas são obstáculos que dificultam sua plena participação na política. A violência contra lideranças indígenas é um problema grave, com casos de ameaças, assassinatos e perseguições frequentes contra aqueles que defendem os direitos territoriais e a preservação ambiental.

Essa violência é impulsionada por interesses econômicos que visam a exploração das terras indígenas para mineração, agronegócio e extração ilegal de madeira.

INDÍGENAS NA POLÍTICA: AVANÇOS E DESAFIOS PARA MAIOR REPRESENTAÇÃO

CONTINUAÇÃO...

A crescente presença de representantes indígenas no Parlamento tem fortalecido a defesa de direitos e garantias fundamentais. Esse avanço tem sido essencial para promover um desenvolvimento sustentável e garantir a representatividade dessas comunidades nas decisões e espaços de poder.

A participação política dos indígenas não se restringe ao âmbito eleitoral. Muitos atuam em conselhos, organizações e movimentos sociais em defesa de políticas públicas mais justas e inclusivas.

VOCÊ SABIA QUE...

Mário Juruna foi o primeiro indígena eleito deputado federal no Brasil, exercendo mandato de 1983 a 1987.

Joenia Wapichana foi eleita em 2018, tornando-se a primeira mulher indígena deputada federal.

Nas eleições de 2022, houve um aumento do número de deputados federais indígenas eleitos, totalizando 5 deputados federais.

Sônia Guajajara foi a primeira indígena a assumir o cargo de ministro no Brasil. Ela foi nomeada, em 2023, para o cargo de Ministra dos Povos Indígenas, tornando-se a primeira indígena a ocupar um ministério.

Embora nas eleições de 2022 senadores tenham se autodeclarado indígenas, até hoje nenhum indígena pertencente a um povo originário foi eleito para o Senado Federal.

Em 2022, o Brasil registrou um recorde de candidaturas indígenas em eleições gerais, totalizando 186 candidatas autodeclaradas indígenas, um crescimento expressivo em relação às eleições anteriores.



ASSÉDIO POLÍTICO CONTRA MULHERES: UMA PRÁTICA QUE TEM QUE ACABAR

O assédio político contra mulheres é uma forma de violência que visa deslegitimar sua atuação nos espaços de decisão e afastá-las da vida pública. Esse tipo de violência pode se manifestar de diversas formas, desde agressões verbais, ameaças e disseminação de desinformação até ataques físicos e assassinatos. Apesar dos desafios, a resistência das mulheres na política tem sido cada vez mais forte, e o combate a essas práticas tem se tornado uma pauta prioritária para a democracia.

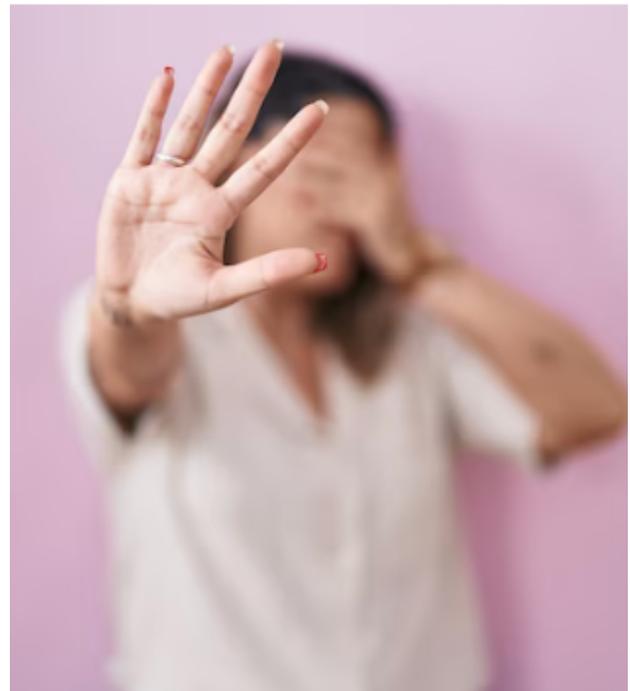
Casos emblemáticos de assédio político contra mulheres mostram como essa violência se manifesta em diferentes níveis da política. Em 2020, uma deputada estadual de São Paulo foi assediada por outro deputado, que a tocou sem consentimento durante uma sessão legislativa. O caso gerou ampla repercussão e resultou na suspensão do deputado agressor por seis meses, representando um marco na luta contra a violência política de gênero.

Em 2024, o então Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvio Almeida, foi acusado de assédio sexual por várias mulheres, incluindo a Ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, o que levou à sua exoneração e abertura de investigação pela Polícia Federal.

Além do assédio físico e moral, mulheres de grupos minoritários enfrentam ataques que combinam racismo e misoginia. Parlamentares como Andréia de Jesus, Beatriz Cerqueira e Iza Lourença, todas

em Minas Gerais, têm sido alvo de ameaças e intimidações devido ao seu trabalho político. A vereadora Marielle Franco, assassinada em 2018, tornou-se um símbolo da luta contra a violência política de gênero e raça, reforçando a necessidade de fortalecer a proteção às mulheres que atuam na política.

Mulheres trans também enfrentam uma realidade desafiadora. A vereadora de Belo Horizonte, Duda Salabert, recebeu ameaças de morte e violência física, evidenciando a dificuldade de pessoas trans ocuparem espaços de decisão.



ASSÉDIO POLÍTICO CONTRA MULHERES: UMA PRÁTICA QUE TEM QUE ACABAR CONTINUAÇÃO...

A disseminação de desinformação e discurso de ódio nas redes sociais constituem outras formas de violência política contra a mulher. Estudos indicam que 74% das mulheres prefeitas no Brasil já foram alvo de fake news e 66% sofreram ataques virtuais direcionados. Essa tática busca desacreditar suas trajetórias e afastá-las da vida pública, mas, ao invés de enfraquecê-las, tem gerado um movimento de resistência e solidariedade cada vez maior em prol da ampliação de espaços para mulheres na política.

Apesar desse cenário desafiador, a luta das mulheres na política tem avançado significativamente. O aumento da representatividade feminina nos parlamentos e no Poder Executivo, a implementação de leis contra a violência política de gênero e a mobilização social em defesa das mulheres na política demonstram que há um caminho de transformação em curso. Cada vez mais, mulheres ocupam espaços de poder e inspiram novas lideranças, garantindo que a democracia se torne mais justa, plural e representativa. A resistência feminina e a construção de redes de apoio mostram que, mesmo diante da violência e do assédio, as mulheres seguem transformando a política e conquistando seu espaço com força e determinação.



A ampliação da participação feminina traz perspectivas diversas, promove políticas públicas mais inclusivas e contribui para a construção de sociedades mais justas e equitativas. Portanto, superar o assédio político contra mulheres não apenas fortalece a democracia, mas também impulsiona transformações sociais mais amplas.

Para alcançar esse avanço, é fundamental fomentar a educação política, incentivar redes de apoio e implementar medidas que assegurem ambientes democráticos seguros e acolhedores. A conscientização sobre a importância da equidade de gênero na política deve ser acompanhada por ações concretas, como campanhas de sensibilização, fortalecimento de lideranças femininas e responsabilização efetiva de agressores. A mudança de cultura política, baseada no respeito e na valorização da diversidade, não beneficia apenas as mulheres, mas toda a sociedade.

FIQUE POR DENTRO...

Nas Eleições Municipais de 2024:

- Das 58.300 vagas disponíveis para vereadores em 2024, 10.600 foram ocupadas por mulheres, correspondendo a 18,24% do total. Em 2020, as mulheres ocuparam 9.300 dessas vagas, representando 16,13%.
- No primeiro turno de 2024, 724 mulheres foram eleitas para o cargo de prefeita, o que equivale a 13% do total de prefeitos eleitos no país. Em comparação, em 2020, 663 mulheres foram eleitas prefeitas, correspondendo a 12% do total.

Os números das últimas eleições demonstram um crescimento gradual, tanto no número de prefeitas quanto de vereadoras eleitas, indicando que cada vez mais mulheres estão rompendo barreiras históricas e conquistando seu espaço na vida pública.

JUVENTUDE E POLÍTICA: O MOMENTO DE TRANSFORMAR O FUTURO É AGORA

A participação da juventude na política nunca foi tão essencial. Em um mundo cada vez mais conectado, no qual as informações circulam rapidamente, os jovens têm à disposição ferramentas poderosas para se informar, mobilizar e transformar a realidade ao seu redor, de forma positiva. Inobstante, a presença da juventude nos espaços políticos ainda enfrenta desafios significativos, desde a falta de incentivo até a barreira da representatividade.

Os jovens representam uma parcela expressiva da população e são diretamente impactados pelas decisões políticas, em temas relacionados à educação, emprego, meio ambiente e direitos sociais. Portanto, sua participação ativa nos processos políticos é essencial para garantir que suas demandas sejam ouvidas e atendidas. Ademais, a renovação política depende da juventude. Novas ideias, perspectivas inovadoras e uma abordagem mais conectada com a realidade digital são fundamentais para modernizar a gestão pública e tornar a política mais acessível e transparente.

Os dados divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre as Eleições Municipais de 2024 revelam um aumento expressivo na participação dos jovens: mais de 1,8 milhão de eleitores com

idade entre 16 e 17 anos estavam aptos a votar, representando um crescimento de 78% em relação a 2020. Além disso, a faixa etária de 18 a 24 anos somou 18,3 milhões de pessoas votantes, totalizando mais de 20 milhões de jovens eleitores.

Esse aumento é resultado de campanhas de incentivo promovidas pelo TSE, organizações da sociedade civil e movimentos sociais, que buscaram engajar a juventude no processo eleitoral. A Semana do Jovem Eleitor, realizada em março de 2024, por exemplo, triplicou o número de alistamentos em comparação ao mesmo período de 2020, com 83.622 títulos emitidos para jovens de 15 a 17 anos.



JUVENTUDE E POLÍTICA: O MOMENTO DE TRANSFORMAR O FUTURO É AGORA

CONTINUAÇÃO...

O engajamento eleitoral de jovens não se limitou ao alistamento. Segundo o TSE, as Eleições Gerais de 2022 apresentaram o comparecimento médio de jovens de 16 e 17 anos, o que consiste em um aumento de 52,3% em relação a 2018, com mais de 1,7 milhão de jovens indo às urnas.

Apesar do aumento na participação eleitoral, a filiação partidária entre os jovens ainda é baixa. Em 2023, apenas 1% dos eleitores entre 16 e 24 anos estavam filiados a partidos políticos, totalizando pouco mais de 170 mil pessoas. Também, houve uma queda de 14% no número de filiações nessa faixa etária em relação ao ano anterior.

Para ampliar a participação dos jovens na política, algumas medidas podem ser adotadas. A educação política é um começo de iniciativa, para implementar programas educacionais que abordem o funcionamento do sistema político, assim como os direitos e deveres dos cidadãos, incentivando a participação de jovens na política. Fomentar nos partidos políticos, suas fundações e organizações sociais para criarem um espaço democrático para discussão de temas relacionados a novas lideranças também promove o engajamento juvenil. Ainda, o uso das tecnologias digitais permite aumentar a mobilização, disseminação de informações e promoção de debates políticos entre os jovens.



É muito importante, também, ampliar as políticas de inclusão, que incentivem a candidatura de jovens a cargos eletivos, garantindo maior representatividade nas esferas de poder.

A juventude brasileira tem demonstrado um crescente interesse em participar ativamente do processo democrático, especialmente no que tange ao exercício do voto. Contudo, é crucial que esse engajamento se estenda para além das urnas, com uma maior inserção dos jovens nos partidos políticos e em outras formas de participação política. Somente assim será possível construir um futuro mais representativo e alinhado às necessidades e aspirações das novas gerações.

VOCÊ SABIA...

Nas Eleições Municipais de 2022, destacaram-se quatro Deputados Federais com menos de 25 anos: Amom Mandel (Amazonas), eleito aos 21 anos, Ícaro de Valmir (Sergipe), também eleito aos 21 anos, Lula da Fonte (Pernambuco), também com 21 anos, e André Fernandes (Ceará), eleito aos 24 anos.

Nas eleições municipais de 2024, Juninho de Marinalva foi eleito Prefeito de Cural Novo do Piauí com 21 anos, Eduardo do Alex, também com 21 anos, foi eleito Prefeito de Heliodora, em Minas Gerais, e Pedro Allan foi eleito Prefeito de Pacujá, (Ceará) aos 21 anos.

O presidente mais jovem da história do Brasil foi Fernando Collor de Mello, eleito em 1989 e empossado em 15 de março de 1990, aos 40 anos de idade.

“O eleitor jovem deve compreender que a política faz parte do nosso dia-a-dia e é fundamental para a sobrevivência da sociedade.”

- Sérgio Furquim

A LUTA DAS MULHERES NEGRAS POR ESPAÇO NA POLÍTICA

A política brasileira ainda é marcada por uma grande desigualdade de representação e um dos grupos mais sub-representados nos espaços de poder é o das mulheres negras. Apesar de constituírem uma parcela significativa da população, sua presença nos cargos eletivos ainda é muito reduzida, refletindo barreiras estruturais que dificultam seu acesso à política e à construção de novas lideranças.

As mulheres negras representam cerca de 28% da população brasileira, mas essa proporção não se reflete no cenário político. Dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) mostram que, nas eleições de 2022, apenas cerca de 2% dos cargos eletivos foram ocupados por mulheres negras, evidenciando uma discrepância alarmante entre a representatividade populacional e a ocupação de espaços de decisão. A falta de políticas efetivas de incentivo, o racismo estrutural e a sobrecarga de responsabilidades domésticas são alguns dos fatores que dificultam a participação desse grupo na política.

Mesmo com avanços na legislação, como a obrigatoriedade de cotas de gênero para candidaturas e a destinação de recursos para campanhas femininas, a realidade mostra que esses mecanismos ainda não são suficientes para garantir a equidade. Muitas candidaturas de mulheres negras enfrentam dificuldades para acessar financiamento e até mesmo outros entraves como a dificuldade de visibilidade, o que compromete suas chances de sucesso nas urnas.



A LUTA DAS MULHERES NEGRAS POR ESPAÇO NA POLÍTICA

CONTINUAÇÃO...

Além dos desafios institucionais, as mulheres negras na política frequentemente lidam com ataques racistas e machistas, que buscam deslegitimar suas trajetórias e afastá-las dos espaços de decisão. Casos de violência política de gênero e raça são recorrentes e representam um obstáculo adicional para a permanência dessas lideranças na vida pública.

Apesar dos desafios, há sinais de mudança. Movimentos sociais e coletivos feministas têm trabalhado ativamente para fortalecer a participação das mulheres negras na política. Iniciativas como o financiamento coletivo de campanhas, formações políticas e o incentivo à criação de redes de apoio entre candidatas são estratégias fundamentais para reverter esse quadro de sub-representação.

A ampliação da presença de mulheres negras na política não é apenas uma questão de justiça social, mas também de fortalecimento da democracia. Quanto mais diverso for o cenário político, mais representativas serão as decisões tomadas, garantindo que as políticas públicas contemplem de maneira mais efetiva as necessidades da população como um todo. A luta por maior representatividade das mulheres negras na política é, portanto, um passo essencial para uma sociedade mais justa e igualitária.

Para que essa realidade mude, é essencial que os partidos políticos assumam uma postura ativa na inclusão de mulheres negras em suas estruturas. Isso passa por oferecer apoio real às candidaturas, garantindo espaços equitativos de fala e oportunidades de liderança.

Outro fator crucial é o fortalecimento de redes de apoio entre mulheres negras na política. A troca de experiências, mentorias e alianças estratégicas são fundamentais para resistir aos desafios do cenário político e ampliar a presença dessas lideranças em cargos de decisão.

O papel da sociedade civil também é indispensável nesse processo, cobrando compromissos concretos de instituições estabelecidas para garantir avanços na representatividade.

Outro fator essencial para impulsionar a presença de mulheres negras na política é a ampliação do debate público sobre a interseccionalidade. Compreender como as questões de gênero e raça se sobrepõem é fundamental para a formulação de políticas eficazes que promovam inclusão e participação equitativa. Isso passa pela implementação de programas de formação política que levem em conta a realidade dessas mulheres e incentivem sua atuação nos mais diversos níveis de governo.

A democratização do acesso aos espaços de poder também precisa envolver mudanças estruturais na cultura política brasileira. Criar mecanismos que combatam a violência política de gênero e raça, garantir proteção a candidatas e mandatárias negras e ampliar as medidas de efetividade do atingimento das cotas eleitorais estabelecidas são medidas imprescindíveis para transformar o cenário atual.

O fortalecimento da representatividade de mulheres negras na política não pode depender apenas da resistência individual de cada candidata, mas sim da construção de um sistema mais justo e acessível.

A representatividade efetiva de mulheres negras na política deve ser encarada não como um favor ou uma exceção, mas como uma condição essencial para a construção de uma democracia verdadeiramente plural e comprometida com as demandas da população brasileira.

OBSERVATÓRIO PODEMOS



A Fundação Juntos Podemos é entidade instituída e mantida pelo Podemos para, nos termos do que determina a Lei de Partidos Políticos, promover educação, doutrinação e pesquisa política. A Fundação Juntos Podemos vem realizando o aperfeiçoamento dos cidadãos de forma geral, propiciando a transformação intelectual, moral e cívica da sociedade.

Sob iniciativa precursora, a Fundação Juntos Podemos lançou o Observatório Podemos contra a Violência Política, uma ação inovadora que tem por missão criar indicadores e monitorar os casos de violência política no Brasil, com a disponibilização de Sistema de Ouvidoria para escuta ativa, em nível nacional.

O Observatório Podemos mantém painel interativo e dinâmico de indicadores sobre casos de violência política no País e promove ações estruturadas para fortalecer ações afirmativas que estimulem a participação e o aumento da representatividade de Mulheres, Jovens, grupos da Diversidade e Longevos (Idosos) na Política.

Além da busca ativa sobre casos sobre violência política no Brasil, como estratégia de reflexão e desenvolvimento do pensamento crítico para o fortalecimento da democracia, o Observatório Podemos mantém um canal de denúncias integrado, para receber informações sobre práticas de violência política. As denúncias podem ser realizadas de forma identificada ou de forma anônima, tendo o denunciante total segurança quanto à preservação da sua identidade. As denúncias registradas são recebidas por fonte externa e encaminhadas à apuração preliminar. Após essa análise inicial, se procedente o relato, a ocorrência é encaminhada às autoridades, para as providências cabíveis.

O Observatório Podemos disponibiliza também estudos setoriais, os quais servem de subsídio à

OBSERVATÓRIO PODEMOS

CONTINUAÇÃO...

articulação, mobilização e diálogo com as várias instituições participativas da sociedade. A realização de um diálogo construtivo no cenário político brasileiro, tendo os integrantes dos grupos sub-representados como centro da discussão, constitui estratégia importante para permitir a geração de conhecimento sobre as temáticas envolvidas, contribuindo, assim, para o fortalecimento dos direitos sociais e políticos e da própria democracia no Brasil.

A estratégia de criação e manutenção do Observatório contra a Violência Política está aliada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável pactuados pela ONU na Agenda 2030:



ODS 5: Igualdade de Gênero

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

Meta 5.5: Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública.

No Brasil: Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na esfera pública, em suas dimensões política e econômica, considerando as intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.

Indicadores:

5.5.1: Proporção de assentos ocupados por mulheres em (a) parlamentos nacionais e (b) governos locais.



ODS 16: Paz, Justiça e Instituições Eficazes

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

Meta 16.b: Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável.

No Brasil: Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias e afirmativas.

Indicadores:

16.b.1: Proporção da população que reportou ter-se sentido pessoalmente discriminada ou assediada nos últimos 12 meses por motivos de discriminação proibidos no âmbito da legislação

“A igualdade de gênero é mais do que um objetivo em si mesmo. É uma condição prévia para (...) construir um bom governo.”

Kofi Annan, Ex-Secretário-Geral da ONU



Quem Somos

A Fundação Juntos Podemos é uma fundação partidária, criada e mantida pelo Podemos, para as atividades de educação, doutrinação e pesquisa política. A Fundação Juntos Podemos desenvolve diversas atividades voltadas às suas finalidades, destinadas a potencializar o senso crítico e adesão política do cidadão. Nossos cursos, debates e eventos são gratuitos e aberto a todos.

Missão

Atuar de forma significativa no desenvolvimento do Podemos e na promoção de seus ideais, ajudando a construir um país forte, soberano e justo, por meio do acesso a debates, estudos e formação de bons políticos.

Visão

Expandir a nossa atuação para todo país, capacitando o maior número possível de mandatários, candidatos, dirigentes e filiados, contribuindo com o crescimento sustentável do Podemos e na consolidação dos seus valores na sociedade durante a próxima década.

Valores

Educação, Valorização da formação política, Inovação, Democracia, Colaboração e Transparência.

Conheça a Fundação Juntos Podemos



Acesse com o QRCode



Objetivos Estratégicos

Posicionar a Fundação Juntos Podemos como uma organização confiável na formação de políticos reconhecidos pelas melhores práticas de transparência, participação e democracia direta.

Contribuir na construção de uma rede de militantes engajados na defesa e multiplicação dos ideais do Podemos, capazes de atuar de forma significativa na transformação da sua comunidade.

Oferecer conteúdo político e cursos de formação de qualidade, capazes de educar cidadãos e torná-los aptos a exercerem um olhar crítico sobre a política nacional e local.

Ser referência na produção ideológica a respeito das bandeiras do partido.

Oferecer conteúdo político e cursos de formação de qualidade, capazes de educar cidadãos e torná-los aptos a exercerem um olhar crítico sobre a política nacional e local.

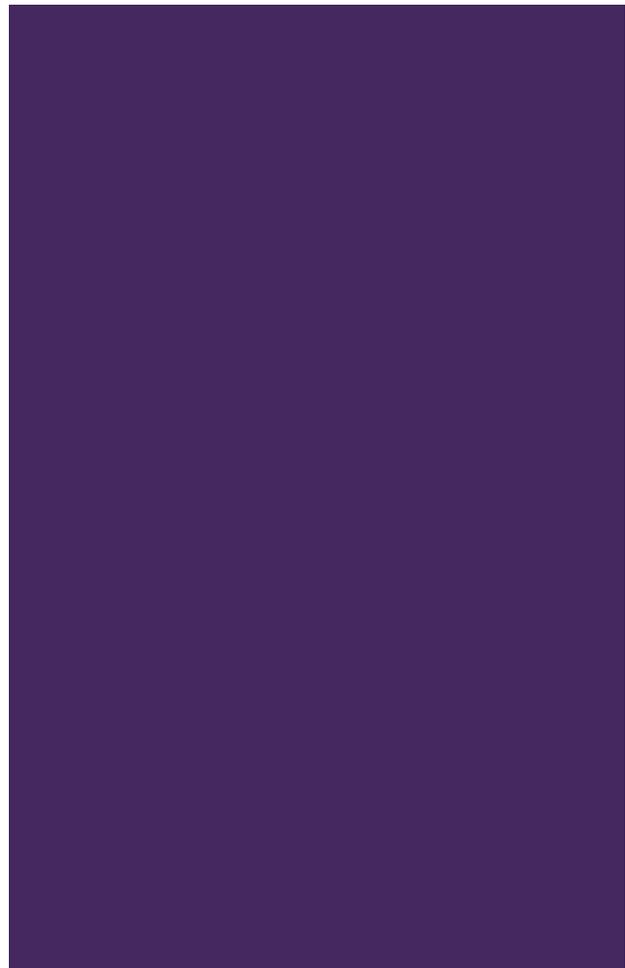
Desenvolver novas práticas de transparência, participação e democracia direta.

Formar uma militância partidária virtual ativa.

Construir um programa partidário moderno e que contemple os principais anseios da nossa sociedade

Capacitar candidatos para atuar em campanhas cada vez mais digitais.

Ser a Fundação com as melhores práticas digitais



A presente Revista faz parte da publicação editorial do Fundação Juntos Podemos | Política para Todos.

© Material protegido por direitos autorais. É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

Endereço para correspondência: R. Fernandes Moreira, 507, Chácara Santo Antônio, São Paulo - SP, CEP 04716-001.



Fundação Juntos Podemos | Política para Todos

Composição Institucional

Conselho Curador

Renata Abreu (Presidente)

Cesar Augusto José

Claudia Abreu Schefler

Cristian Ferreira Viana

Felipe Augusto Madruga

Igor Ebert Soares

Ricardo Costa Franco de Camargo

Ricardo Longati França

Rodrigo Gambale Vieira

Thiago Martins Milhim

Yan Lopes de Almeida

Diretoria Executiva

João Lucas Nunes Monteiro (Diretor-Presidente)

Celso do Carmo Jatene (Diretor Administrativo)

Roberto Siqueira Gomes (Diretor Financeiro)

Conselho Fiscal

Alessandra Cristina Soares Garcia Algarin

Mireli Eustáquio Bueno

Wanessa Igesia Valverd

www.observatoriopodemos.com.br

